



EDGAR
ALLAN
POE

HISTÓRIAS
EXTRAORDINÁRIAS

Seleção, apresentação e tradução
José Paulo Paes

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2017 by Dora Paes

Tradução anteriormente publicada pela Editora Cultrix Ltda. Copyright © 1958

Copyright de “Edgar Allan Poe” © 1949 by Jorge Luis Borges, com permissão de The Wylie Agency (UK) Limited.

“O contista” (Julio Cortázar, *Valise de cronópio*, trad. de Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa, São Paulo, Perspectiva, 2006) foi gentilmente cedido pela Editora Perspectiva.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Alceu Chiesorin Nunes e kakofonia.com

Projeto gráfico

Alceu Chiesorin Nunes e Sarah Bonet

Ilustrações de capa e miolo

kakofonia.com

Preparação

Sergio Tellaroli

Revisão

Silvana Salerno

Marise Leal

ISBN 978-85-5451-038-1

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

A CARTA ROUBADA



Em Paris, logo ao anoitecer de um dia borrascoso, no outono de 18..., gozava eu a dupla luxúria da meditação e de uma cachimbada em companhia de meu amigo C. Auguste Dupin, em sua pequena biblioteca, *au troisième*, Rue Dûnot, nº 33, Faubourg St. Germain. Durante uma hora, pelo menos, havíamos mantido profundo silêncio; a um observador casual pareceria estarmos ambos ocupados única e exclusivamente com as volutas de fumaça que enchiam o quarto. No que me diz respeito, todavia, estava eu discutindo mentalmente certos tópicos que haviam constituído o assunto de nossa conversa no período anterior do entardecer. Refiro-me ao caso da rua Morgue e ao mistério que envolveu o assassinado de Marie Roget. Julguei, pois, tratar-se de uma coincidência quando a porta do apartamento abriu-se e por ela entrou nosso velho conhecido, monsieur G., o comissário da polícia parisiense.

Demos-lhe calorosas boas-vindas, pois havia nesse homem tanto de divertido quanto de desprezível, e fazia anos que não o víamos. Tínhamos permanecido sentados no escuro, e Dupin então se levantou para acender a luz, mas, sem chegar a fazê-lo, sentou-se novamente ao ouvir G. dizer que tinha vindo para consultar-nos, ou melhor, para pedir a opinião de meu amigo a respeito de certo assunto oficial que ocasionara muitas complicações.

— Se é ponto que requeira reflexão — observou Dupin, abstendo-se de acender o pavio —, melhor será que o examinemos no escuro.

— Eis outra de suas ideias esquisitas — retrucou o comissário, que tinha o costume de chamar “esquisito” a tudo quanto ultrapassasse sua compreensão, e, assim sendo, vivia em meio a uma legião absoluta de “esquisitices”.

— Realmente — disse Dupin, oferecendo um cachimbo ao visitante e empurrando em sua direção uma cadeira confortável.

— Qual é então a dificuldade? — perguntei. — Nada ainda relacionado com assassinatos, espero?

— Oh, não. Nada dessa natureza. O fato é... o negócio é muito simples, na verdade; eu não tenho dúvida de que poderemos, nós mesmos, tratá-lo devidamente. Entretanto, julguei que Dupin gostaria de ouvir os pormenores, porque se trata de um caso assaz esquisito.

— Simples e esquisito — disse Dupin.

— Bem, sim. E, ao mesmo tempo, não é bem isso. Acontece que temos andado muito atrapalhados, porque o negócio é tão simples e, no entanto, confunde-nos.

— Talvez seja a própria simplicidade do caso que o atrapalha — disse meu amigo.

— Que bobagem! — replicou o comissário, rindo-se de bom gosto.

— Talvez o mistério seja um pouco simples demais — insistiu Dupin.

— Oh, céus, quem jamais ouviu semelhante ideia?

— Um pouco evidente demais.

— Ha! ha! ha! — ha! ha! ha! — ho! ho! ho! — rugiu nosso visitante, profundamente entretido. — Oh, Dupin, você ainda me mata!

— Bem, e afinal de contas, qual é o caso? — perguntei.

— Vou contá-lo a vocês — replicou ele, dando uma longa, firme e contemplativa baforada, e ajeitando-se novamente na cadeira. — Vou contá-lo em poucas palavras. Mas, antes de começar, permitam-me adverti-los de que se trata de assunto altamente confidencial e de que provavelmente perderei meu posto atual se porventura transparecer que o revelei a alguém mais.

— Continue — disse eu.

— Ou não — disse Dupin.

— Bem. Recebi uma informação pessoal, da mais alta esfera, de que certo documento da máxima importância foi roubado dos apartamentos reais. O indivíduo que o furtou é conhecido, isso está

fora de dúvida: ele foi visto roubando-o. Sabe-se também, por outro lado, que o documento ainda está em seu poder.

— E como se sabe disso? — perguntou Dupin.

— Pode-se inferi-lo claramente — retrucou o comissário — da natureza do documento, e do não aparecimento de certos resultados que se manifestariam de pronto, tão logo o documento deixasse as mãos do ladrão. Quer dizer, tão logo ele o usasse, como, no fim, acabará por usá-lo.

— Seja um pouco mais explícito — pedi.

— Bem, posso arriscar-me a dizer que o papel confere a seu possuidor certo poder em certa esfera na qual tal poder é de imenso valor — o comissário adorava a linguagem diplomática.

— Ainda não entendi direito — disse Dupin.

— Não? Bem, a revelação do documento a uma terceira pessoa, cujo nome permanecerá em sigilo, poria em risco a honra de uma personagem da mais alta posição, e esse fato confere ao possuidor do tal documento uma ascendência sobre essa ilustre personagem, cuja honra e cuja paz estão em risco.

— Mas essa ascendência — interrompi — dependeria de o ladrão saber se a vítima conhece a identidade dele, ladrão. Quem se atreveria...

— O ladrão — disse G., é o ministro D., que se atreve a tudo, tanto ao que é próprio quanto ao que é impróprio de um homem. O método do roubo não foi menos engenhoso do que arrojado. O documento em questão — uma carta, para ser franco — havia sido recebido pela personagem roubada enquanto se achava a sós no *boudoir* real. Durante a leitura, foi ela interrompida pela entrada de outro importante personagem, de quem desejava esconder a missiva. Depois de um apressado e vão esforço de ocultá-la numa gaveta, viu-se ela compelida a colocá-la, aberta, sobre a mesa. O endereço, todavia, estava voltado para cima e, de vez que o conteúdo estava escondido, a carta não foi percebida. Nessa conjuntura, entra o ministro D. Seus olhos de lince imediatamente percebem o papel, reconhecem a caligrafia do endereço e dão-se conta da atrapalhação da personagem que a recebera. Depois de tratar alguns negócios a toda pressa, como é seu costume, tira ele do bolso uma carta parecida à carta em questão, abre-a, finge lê-la, e por

fim a coloca justaposta à outra. Segue-se nova conversa, de cerca de quinze minutos, sobre assuntos públicos. Por fim, ao partir, o ministro apanha da mesa também a carta a que não tinha direito. Sua legítima proprietária viu tudo, mas, é claro, não se arriscou a chamar a atenção para o fato na presença da terceira personagem a seu lado. O ministro saiu, deixando sua própria carta — uma sem qualquer importância — sobre a mesa.

— Eis aí — disse Dupin, dirigindo-se a mim — precisamente aquilo que você exige para tornar a ascendência completa: o ladrão saber que a vítima conhece sua identidade.

— Sim — redarguiu o comissário —, e o poder assim ganho tem sido usado nos últimos meses de modo muito perigoso, para fins políticos. A personagem roubada está cada dia mais convencida da necessidade de recuperar a carta. Mas isso, é óbvio, não pode ser feito às claras. Por fim, em desespero de causa, confiou-me o assunto.

— Para isso — disse Dupin, em meio a uma perfeita espiral de fumaça —, não se pode desejar nem imaginar, suponho, agente mais sagaz.

— Você me lisonjeia — replicou o comissário —, mas é possível que outras pessoas discordem dessa opinião.

— Está claro — disse eu —, como você observou, que a carta está ainda na posse do ministro, de vez que é essa posse, e não qualquer uso da carta, que garante o poder. Com o uso, o poder deixa de existir.

— Certo — disse G. — e, baseado nessa suposição, comecei a agir. Meu primeiro cuidado foi passar uma revista completa no palacete do ministro, e, nessa área, a maior dificuldade estava em fazê-lo sem que o ministro dissesse se apercebesse. Acima de tudo, fui advertido do perigo de levá-lo a suspeitar do nosso plano.

— Mas — retruquei eu — você está bem *au fait* nessas investigações. Muitas vezes, a polícia parisiense já fez coisa semelhante no passado.

— Oh, sim, e por isso não me desespero. Os hábitos do ministro garantiram-me, também, uma grande vantagem. Ele se ausenta frequentemente de casa durante toda a noite. Seus criados não são, de modo algum, numerosos. Dormem longe do apartamento de seu senhor e, sendo na maioria napolitanos, logo se embebedam. Possuo

chaves, como é do conhecimento de vocês, com as quais posso abrir qualquer quarto ou gabinete em Paris. Durante esses três meses, não se passou uma noite em que eu não estivesse ocupado pessoalmente em revistar o palacete. Minha honra está em jogo e, para revelar um grande segredo, a recompensa é enorme. Assim sendo, não abandonei a busca senão quando me convenci plenamente de que o ladrão é um homem mais astuto do que eu. Creio que investiguei cada desvão e cada canto em que poderia estar oculto o papel.

— Mas não é possível — sugeri —, embora a carta esteja em poder do ministro, como inquestionavelmente está, que ele a tenha escondido em outro lugar que não sua residência?

— É muito pouco provável — disse Dupin. — As peculiares condições atuais dos negócios da corte, e em especial daquelas intrigas em que D. está sabidamente envolvido, tornam o acesso instantâneo ao documento, a possibilidade de ele ser obtido a todo e qualquer momento, um ponto de importância quase igual à da sua posse.

— A possibilidade de ser obtido? — disse eu.

— Vale dizer, de ser destruído — disse Dupin.

— De fato — observei. — Sem dúvida alguma, o papel se encontra na residência. Quanto a estar na própria pessoa do ministro, podemos considerar ponto fora de cogitação.

— Inteiramente — concordou o comissário. — Armamos-lhe duas ciladas, como se fôssemos salteadores, e sua pessoa foi rigorosamente revistada sob minha própria inspeção.

— Você poderia ter-se poupado tal incômodo — disse Dupin. — D., presumo, não é nenhum tolo e com certeza deve ter previsto tais ciladas.

— Não um tolo completo — disse G. —, mas é um poeta, coisa que julgo estar bem próxima da tolice.

— De fato — disse Dupin, depois de longa e pensativa cachimbada —, embora eu próprio seja culpado de alguns versos de pé quebrado.

— Que tal se você nos desse as minúcias de suas buscas? — pedi.

— Bem, o fato é que aproveitamos nosso tempo e procuramos por todos os lugares. Tenho uma longa experiência nesses assuntos.

Explorei o edifício inteiro, quarto por quarto, devotando toda uma semana a cada um. Examinamos, primeiramente, o mobiliário de cada apartamento. Abrimos todas as gavetas, e creio que você sabe que, para um agente policial devidamente treinado, uma gaveta *secreta* é algo impossível de existir. Qualquer um que, numa revista dessa espécie, deixe escapar uma gaveta secreta é um tolo. A coisa é tão simples! Num quarto, existe uma certa quantidade de espaço a ser levado em conta. Temos regras acuradas a respeito. Nada nos escapa, nem a quinquagésima parte de uma linha. Depois de examinados os gabinetes, cuidamos das cadeiras. Inspecionamos as almofadas com aquelas agulhas longas que você já nos viu usar. Removemos o tampo das mesas.

— Por quê?

— Algumas vezes, o tampo de uma mesa, ou de qualquer outra peça semelhante de mobília, é removido pela pessoa que pretende ocultar um objeto; a perna da mesa é escavada, o objeto é depositado na cavidade, e o tampo é repostado. O fundo e a cabeceira dos leitos são usados de igual maneira.

— Mas não poderia a cavidade ser descoberta por percussão? — perguntei.

— De modo algum se, no momento de ser lá colocado o objeto, um chumaço apropriado de algodão for utilizado para envolvê-lo. Ademais, no caso presente, fomos obrigados a agir em silêncio.

— Mas você não poderia ter removido... não poderia ter desmontado *todas* as peças de mobília nas quais suspeitasse haver algo oculto. Uma carta pode ser enrolada numa delgada espiral, não muito diferente, em volume e aspecto, de uma agulha de bordar, de tal modo que poderia ser inserida com facilidade no desvão de uma cadeira, por exemplo. Você desmontou todas as cadeiras?

— Decerto que não, mas fizemos melhor: examinamos os assentos de cada cadeira existente no palacete e, além disso, as juntas de cada peça de mobília, com o auxílio de um poderosíssimo microscópio. Houvesse algum traço de ter sido ela trocada recentemente, ele não nos teria escapado. Um simples traço deixado por uma verruma, por exemplo, teria sido tão óbvio quanto uma maçã. Uma modificação

qualquer na camada de cola ou qualquer falha nas juntas teriam sido mais que suficientes para denunciar o acontecido.

— Presumo que você tenha examinado os espelhos, no espaço compreendido entre o vidro e o fundo, assim como inspecionado os leitos, a roupa de cama, as cortinas e os tapetes.

— Certamente. E, além disso, depois de examinado cada centímetro de mobília, cuidamos de examinar a casa propriamente dita. Dividimos toda a superfície em compartimentos numerados, de modo que nenhum escapasse à nossa atenção. Perscrutamos cada centímetro quadrado da residência, inclusive as duas casas anexas, com o microscópio, como de costume.

— As duas casas anexas? — exclamei eu. — Vocês devem ter tido um trabalho!

— Tivemos, mas a recompensa prometida é extraordinária.

— Você incluiu na revista todas as áreas ao redor das casas?

— Todas essas áreas são ladrilhadas. Deram-nos, em comparação, pouco trabalho. Examinamos o musgo existente entre os ladrilhos, e verificamos estar ele intacto.

— Você examinou os papéis de D., obviamente, e os livros da biblioteca?

— Decerto. Abrimos cada pacote, cada maço. Não somente abrimos todos os livros, como viramos as páginas de cada um, uma a uma, não nos contentando com simplesmente sacudi-los, segundo é norma entre alguns de nossos agentes de polícia. Medimos também a espessura de cada capa com a maior precisão, e aplicamos a cada uma o mais atento escrutínio microscópico. Tivesse sido inserida qualquer coisa entre elas, e o fato de modo algum nos teria escapado. Inclusive cinco ou seis volumes recém-chegados do encadernador foram inspecionados longitudinalmente, com o auxílio de agulhas.

— Examinaram o assoalho debaixo dos tapetes?

— Com todo o cuidado. Removemos os tapetes e examinamos as tábuas com microscópio.

— E o papel das paredes?

— Também.

— Examinaram as adegas?

— Sim.

— Então — disse eu —, vocês se enganaram, e a carta não se encontra no palacete, como você supunha.

— Temo que você esteja certo — replicou G. — E agora, Dupin, que é que você me aconselha fazer?

— Proceder a um completo reexame no palacete.

— Isso é absolutamente desnecessário. — replicou G. — Acredito tanto em não estar a carta no palacete como acredito no ar que respiro.

— Não sei de melhor conselho a dar-lhe — disse Dupin. — Você tem, decerto, uma descrição acurada da carta?

— Oh, sim! — Nesse instante, retirando do bolso um caderninho de notas, o comissário começou a ler em voz alta uma descrição minuciosa da aparência interna e, em especial, da aparência externa da carta roubada. Logo depois de terminar a leitura, levantou-se e partiu, mais deprimido do que jamais eu o havia visto.

Um mês mais tarde, fez-nos nova visita, e encontrou-nos ocupados de maneira semelhante à da vez anterior. Aceitou um cachimbo, sentou-se numa cadeira e começou a puxar uma conversa comum. Por fim, eu lhe disse:

— Bem, G., e a respeito da carta roubada? Acredito que você já tenha finalmente desistido de vencer o ministro em astúcia?

— Diabos o levem! Sim, desisti. Levei a cabo o reexame sugerido por Dupin, mas foi trabalho perdido, conforme eu já suspeitava.

— De quanto era a recompensa a que você se referiu? — perguntou Dupin.

— Ora, muito grande, uma recompensa muito generosa. Não gostaria de dizer exatamente quanto, mas isto posso dizer: não me importaria de dar um cheque de cinquenta mil francos a quem quer que pudesse encontrar para mim aquela carta. O fato é que ela adquire maior importância a cada dia que passa e, recentemente, a recompensa

foi duplicada. Mas, mesmo que houvesse sido triplicada, eu não poderia ter feito mais do que fiz.

— Bem — disse Dupin com vagar, entre duas baforadas de seu cachimbo de espuma do mar —, creio que você não se empenhou tão a fundo como podia nesse assunto. Penso que... você poderia fazer algo mais, hein?

— Como? De que modo?

— Bem — puf, puf — você poderia — puf, puf, — arranjar um conselheiro, não? — puf, puf, puf. — Lembra-se da história que contam a respeito de Abernethy?

— Não. Para os diabos com o Abernethy!

— Com efeito! Para os diabos, se assim lhe apraz! Mas, certa vez, um rico avaro concebeu o plano de extorquir desse Abernethy uma consulta médica. Para tanto, em conversa num grupo de íntimos, insinuou o caso ao médico como se se tratasse de um indivíduo imaginário.

— Suponhamos — disse o avaro — que seus sintomas sejam estes e estes. Então, doutor, o que o senhor o aconselharia a fazer?

— Eu o aconselharia — disse Abernethy — a fazer uma consulta, sem dúvida alguma.

— Mas — disse o comissário, um tanto embaraçado — eu estou perfeitamente disposto a tomar conselhos e a pagar por eles. Eu daria, realmente, cinquenta mil francos a quem quer que pudesse me ajudar nesse assunto.

— Nesse caso — retrucou Dupin, abrindo uma gaveta e dela retirando um talão de cheques —, você pode preencher, em meu nome, um cheque dessa mesma quantia. Quando o tiver assinado, eu lhe entregarei a carta.

Fiquei atônito. O comissário parecia ter sido atingido por um raio. Por alguns minutos, permaneceu mudo, sem se mover, olhando incredulamente para o meu amigo, de boca aberta, com olhos que pareciam saltar das órbitas. Por fim, aparentemente recobrando-se do choque, tomou da pena e, depois de algumas pausas e de alguns olhares errantes, preencheu e assinou um cheque no valor de cinquenta

mil francos e passou-o, sobre a mesa, a Dupin. Este o examinou cuidadosamente e o guardou em sua caderneta de notas. Em seguida, destrancando uma escravoire, tirou de dentro dela uma carta e passou-a ao comissário. O funcionário, agarrando-a em perfeita alegria agônica, abriu-a com mão trêmula, relanceou os olhos rapidamente pelo conteúdo do documento e, lutando por alcançar a porta, abandonou a sala sem qualquer cerimônia, sem ter pronunciado nenhuma sílaba mais desde o momento em que Dupin o desafiara a assinar o cheque.

Depois da partida de G., meu amigo dignou-se a dar-me algumas explicações:

— A polícia parisiense — disse ele — é extraordinariamente hábil à sua maneira. É perseverante, engenhosa, astuta, e perfeitamente versada nos conhecimentos exigidos por seu ofício. Assim, quando G. descreveu-me o modo como examinara o palacete de D., convenci-me de que fizera uma investigação satisfatória, dentro dos limites de sua capacidade.

— Dentro dos limites de sua capacidade? — perguntei.

— Sim — retrucou Dupin. — As medidas adotadas eram não somente as melhores de sua espécie, como também foram levadas a cabo com absoluta perfeição. Tivesse sido a carta colocada em local ao alcance da busca feita, e os agentes teriam, sem dúvida alguma, dado com ela.

Ri-me simplesmente. Mas ele parecia ter dito a sério tudo quanto dissera.

— As medidas, pois — continuou ele —, foram boas à sua maneira, e bem executadas. Seu único defeito residiu no fato de serem inaplicáveis a esse homem e a esse caso. Certa classe de recursos altamente engenhosos são, para o comissário, uma espécie de leito de Procusto, ao qual, forçosamente, adapta ele seus intentos. Mas vive errando, por ser demasiado profundo ou demasiado superficial para o assunto em questão; mesmo um menino de escola raciocina melhor do que ele. Conheço um, com cerca de oito anos de idade, cujo êxito em adivinhar os resultados do jogo de “par ou ímpar” atraía admiração universal. É um jogo simples, jogado com bolinhas de gude. Um dos jogadores conserva ocultas na mão algumas das bolinhas e pergunta ao outro se o número delas é par ou ímpar. Se o adivinhador acerta, ganha uma; se

erra, perde uma. O menino a quem aludi ganhou todas as bolinhas dos companheiros de escola. É claro que ele tinha algumas regras de adivinhação, baseadas na simples observação e na avaliação da astúcia de seus oponentes. Por exemplo, se seu adversário fosse um rematado simplório e lhe perguntasse, escondendo as mãos fechadas: “Par ou ímpar?” — e o nosso colegial replicasse “ímpar” e perdesse, diria então a si mesmo: “O simplório tinha um número par de bolinhas na primeira tentativa, e sua astúcia não vai além de fazê-lo colocar na mão um número ímpar de bolinhas na segunda. Portanto, vou dizer ‘ímpar’”. E, dizendo-o, ganhava. Mas quando o segundo simplório está um grau acima do primeiro, o adivinhador raciocinará deste modo: “Este sujeito verifica que, na primeira vez, eu disse ímpar, e na segunda vez, levado pelo primeiro impulso, escolherá a mais simples variação — de ímpar para par —, como fez o primeiro simplório. Todavia, pensando melhor, achará que tal variação é muito simples e acabará se decidindo pelo par, como da primeira vez. Por isso mesmo eu direi ‘par’”. E, dizendo-o, ganha novamente. Pois bem: esse modo de raciocinar do menino de escola a quem seus colegas chamavam “sortudo”, o que é, em última análise?

— Apenas — disse eu — a identificação do intelecto do raciocinador com o do seu oponente.

— Exato — disse Dupin. — Ao inquirir o menino sobre os meios de que se valia para conseguir a completa identificação em que consistia todo o seu êxito, recebi a seguinte resposta: “Quando desejo saber quão sábio, quão estúpido, quão bom, quão perverso é alguém, ou quais são seus pensamentos no momento, componho a expressão do meu rosto de modo a repetir tão acuradamente quanto possível a expressão do rosto dele, e fico esperando para ver que pensamentos ou sentimentos nascerão em minha mente ou no meu coração, como se fossem símiles ou correspondências da minha expressão”. Essa resposta do menino de escola jaz na base de toda aquela espúria profundidade que tem sido atribuída a Rochefoucauld, a La Bougive, a Maquiavel e a Campanella.

— E a identificação — disse eu — do intelecto do raciocinador com o do seu oponente depende, se o entendi corretamente, da exatidão com que o intelecto do oponente é avaliado.

— Na prática, depende disso — replicou Dupin —, e o comissário e sua turma falham com tanta frequência porque, em primeiro lugar,

levam a cabo de modo defeituoso essa identificação e, em segundo lugar, porque avaliam erroneamente, ou melhor, porque nem avaliam o intelecto que se lhes opõe. Levam em conta tão somente suas próprias noções de engenhosidade e, ao procurar algo escondido, consideram apenas os modos pelos quais eles o teriam escondido. Em certo sentido, têm muita razão, porque a engenhosidade deles representa fielmente a engenhosidade da massa. Todavia, quando a astúcia de um malfeitor individual é diversa da deles em caráter, o malfeitor os logra, sem qualquer dúvida. Isso sempre acontece quando tal astúcia é superior à deles próprios e também, muito comumente, quando é inferior. Eles não possuem flexibilidade de princípios em suas investigações. No máximo, quando exigidos por alguma emergência fora do comum, ou quando estimulados por recompensa extraordinária, conseguem ampliar ou exagerar sua velha maneira de agir, sem contudo modificar os princípios que os guiam. O que, por exemplo, nesse caso de D., foi feito para variar o princípio de ação? Que é todo este aparato de perfurações e sondagens e percussões e exames microscópicos e divisões da área do edifício em centímetros quadrados devidamente registrados — que é tudo isso senão um exagero da aplicação de um dos princípios, ou de um conjunto de princípios de investigação baseado tão somente no único conjunto de noções relativas à engenhosidade humana ao qual, na longa rotina de seus deveres, conseguiu o comissário acostumar-se? Você não percebe que ele admitiu como indiscutível que todos os homens, ao esconderem uma carta, escolhem, se não exatamente um orifício cavado numa perna de cadeira, pelo menos algum buraco ou canto escondido sugerido pela mesma ordem de ideias que levam um homem a esconder uma carta num orifício cavado numa perna de cadeira? E não percebe você, por outro lado, que tais esconderijos *recherchés* servem apenas para as ocasiões comuns e são usados tão somente pelos intelectos comuns? Em todos os casos de ocultação, a colocação do objeto escondido, sua colocação dessa maneira *recherchée*, é, desde o primeiro momento, presumível e presumida. Desse modo, a descoberta dele depende não da agudeza, mas antes do simples cuidado, paciência e determinação dos que o procuram. E quando o caso é de importância, ou, o que vem dar no mesmo aos olhos da polícia, quando a recompensa é avultada, nunca se imaginou que tais qualidades pudessem falhar. Você decerto compreenderá agora o que eu quis dizer quando afirmei que, estivesse

a carta roubada oculta em algum lugar compreendido entre os limites das investigações do comissário — em outras palavras, tivesse sido aplicado na ocultação um princípio compreendido entre os princípios do comissário —, sua descoberta teria sido assunto fora de dúvida. Ele, contudo, foi ludibriado por completo; e a fonte remota de sua derrota está na suposição de que o ministro é um maluco, porque adquiriu renome como poeta. Todos os malucos são poetas; é isso o que o comissário de polícia sente; ele é simplesmente culpado de um *non distributio medii*, ao deduzir daí que todos os poetas são malucos.

— Mas esse é realmente o poeta? — perguntei. — Sei que são dois irmãos, e ambos alcançaram reputação nas letras. O ministro, creio eu, escreveu eruditamente sobre o cálculo diferencial. É um matemático, e não um poeta.

— Você não se engana. Eu o conheço bem; é ambas as coisas. Como poeta e matemático, ele raciocinaria bem; como simples matemático, não teria essa capacidade e, assim, estaria à mercê do comissário.

— Você me surpreende — disse eu — com essas opiniões, que têm sido desmentidas pelo senso comum. Por certo, não é sua intenção reduzir a nada ideias bem estabelecidas através dos séculos. Há muito, o raciocínio matemático é considerado o raciocínio *par excellence*.

— “*Il y a à parier*” — replicou Dupin, citando Chamfort — “*que toute idée publique, toute convention reçue, est une sottise, car elle a convenue au plus grand nombre.*”** Os matemáticos, é verdade, fizeram o melhor que puderam para divulgar o erro popular a que você alude, e que não deixa de ser erro apenas por ser promulgado como verdadeiro. Por exemplo, com uma arte digna de uma causa mais nobre, insinuaram a palavra “análise” nas operações algébricas. Os franceses são os criadores desse engano particular; mas se uma palavra tem alguma importância, se as palavras extraem qualquer valor de sua aplicabilidade, então “análise” significa “álgebra” quase tanto como, no latim, *ambitus* significa “ambição”, *religio* quer dizer “religião” ou *homines honesti* um punhado de “homens honrados”.

— Vejo que você está propondo uma polêmica — disse eu — com alguns dos algebristas de Paris. Mas continue.

— Contesto a eficácia e, portanto, o valor daquele raciocínio que se cultiva por qualquer forma especial que não seja a lógica abstrata. Contesto em particular o raciocínio deduzido pelo estudo matemático. A matemática é a ciência da forma e da quantidade; o raciocínio matemático só é lógico quando aplicado à forma e à quantidade. O grande erro está em supor que, mesmo as verdades do que se chama álgebra pura, são verdades gerais ou abstratas. E esse erro é tão evidente que me espanta a universalidade de sua aceitação. Os axiomas matemáticos não são axiomas de verdade geral. O que é uma verdade de relação, de forma e quantidade, é muitas vezes enormemente falso com respeito à moral, por exemplo. Nesta última ciência, é muito comumente inverídico que a soma das partes seja igual ao todo. Também na química esse axioma falha. Na apreciação de motivos, falha; porque dois motivos, cada um de um dado valor, não têm necessariamente, quando unidos, um valor igual à soma de seus valores separados. Há numerosas outras verdades matemáticas que só são verdades dentro dos limites da relação. Mas os matemáticos argumentam com verdades finitas, pelo hábito, como se elas possuíssem aplicabilidade geral, tal como o mundo em verdade imagina que possuam. Bryant, em sua mui erudita Mitologia, menciona uma fonte análoga de erro quando diz que, “embora as fábulas pagãs não gozem de credibilidade, esquecemo-nos disso com frequência e tiramos deduções delas como de realidades existentes”. Os algebristas, porém, que são igualmente pagãos, creem nas “fábulas pagãs”, e as inferências são feitas não tanto por falta de memória, mas por causa de uma inexplicável perturbação do cérebro. Em suma, nunca encontrei um simples matemático em que pudesse ter confiado fora das raízes quadradas, nem um que, clandestinamente, não mantivesse, como um ponto de fé, que $x^2 + px$ é absoluta e incondicionalmente igual a q . Diga a algum desses cavalheiros, só para experimentar, se lhe aprouver, que você acredita possam ocorrer ocasiões em que $x^2 + px$ não seja igual a q , e, tendo feito com que ele compreenda o que você quer dizer, coloque-se fora de seu alcance com a necessária rapidez, porque não resta dúvida de que ele tentará atirá-lo ao chão.

E, enquanto eu apenas ria de suas observações, Dupin prosseguiu:

— Quero dizer que, se o ministro não fosse mais do que um matemático, o comissário de polícia não teria passado pela necessidade

de dar-me este cheque. Conheço-o, contudo, tanto como matemático quanto como poeta, e minhas medidas foram adaptadas à capacidade dele, com referência às circunstâncias que o rodeavam. Sei também que ele é um cortesão, e um ousado *intrigante*. Um homem assim, pensei, não podia deixar de ser conhecedor dos modos comuns de agir da polícia. Não podia deixar de prever — e os acontecimentos provaram que ele não deixou de prever — as emboscadas a que estava sujeito. Deve ter pressuposto, refleti, as investigações secretas de sua residência. Suas frequentes ausências de casa à noite, que foram saudadas pelo comissário como auxílio certo para seu êxito, olhei-as apenas com *astúcia*, para fornecer oportunidade a uma busca completa pela polícia e, assim, acentuar-lhe a convicção a que G., de fato, finalmente chegou: de que a carta não estava no prédio. Pensei, também, que toda a série de pensamentos que me estava custando enumerar-lhe agora mesmo, com relação ao princípio invariável da ação policial na procura de objetos escondidos — pensei que toda essa série de pensamentos necessariamente passaria pela mente do ministro. Ela o levaria, imperativamente, a pôr de parte todos os *esconderijos* comuns. Ele não podia, refleti, ser fraco a ponto de não ver que os mais intrincados e remotos recessos de seu palacete ficariam tão expostos como as antecâmaras mais óbvias aos olhos, às investigações, às verrumas e aos microscópios do comissário. Vi, por fim, que ele seria levado, como coisa natural, à *simplicidade*, senão deliberadamente induzido a isso por uma questão de gosto. Você se lembrará, talvez, de como o comissário riu às escâncaras quando sugeri, em nossa primeira entrevista, que era bem possível que esse mistério o perturbasse tanto por ser tão claro.

— Sim — disse eu. — Lembro-me perfeitamente de sua hilaridade. De fato, pensei mesmo que ele ia cair em contorções de riso.

— O mundo material — continuou Dupin — é abundante em analogias muito estreitas com o imaterial; e, assim, certa coloração de verdade foi dada ao dogma retórico de que a metáfora, ou o sorriso, pode servir tão bem para fortalecer um argumento como para embelezar uma descrição. O princípio do *vis inertiae*, por exemplo, parece ser idêntico na física e na metafísica. Não menos verdade é, na primeira, que um corpo grande se põe com mais dificuldade em movimento do que um menor, e que seu *momentum* subsequente está em proporção com essa dificuldade, do que o é, na segunda, que as

inteligências de maior capacidade, ainda que mais poderosas, mais constantes e mais cheias de acontecimentos em seus movimentos do que as de grau inferior, são, contudo, as que se movem menos prontamente, com mais embaraço e cheias de hesitação nos primeiros poucos passos de seu progresso. E mais: já observou você quais dos letreiros de rua, nas portas das lojas, mais atraem a atenção?

— Nunca cogitei nisso — disse eu.

— Há um jogo de adivinhação — continuou ele — que se joga sobre um mapa. Um jogador pede a outro para descobrir uma dada palavra, um nome de cidade, rio, estado ou império, qualquer palavra, em suma, sobre a matizada e intrincada superfície do mapa. Um novato no jogo procura em geral embaraçar seus parceiros, dando-lhes os nomes de letras mais miúdas, mas o jogador experiente escolhe palavras de grandes caracteres, que se estendem de uma extremidade a outra do mapa. Estas, como os letreiros e tabuletas de rua com grandes letras, escapam à observação pelo fato de serem demasiado evidentes; e aqui a inadvertência física é precisamente análoga à incompreensão moral por meio da qual o intelecto deixa passar inadvertidas considerações excessivas, por inoportunas e palpavelmente evidentes. Mas esse, ao que parece, é um ponto um tanto acima ou um tanto abaixo da compreensão do comissário. Nem uma vez sequer ele julgou provável ou possível que o ministro tivesse depositado a carta bem debaixo do nariz de todo o mundo, com o fim de melhor impedir que qualquer porção desse mundo a percebesse. Contudo, quanto mais refleti sobre a habilidade atrevida, ousada e inteligente de D.; sobre o fato de que o documento devia estar sempre à mão, se ele tencionava utilizá-lo para um devido fim; e sobre a decisiva prova, obtida pelo comissário, de que ele não estava oculto dentro dos limites das buscas comuns daquele funcionário, tanto mais convencido fiquei de que, para ocultar a carta, o ministro tinha apelado para o expediente compreensível e sagaz de não tentar ocultá-la, em absoluto. Cheio dessas ideias, muni-me de um par de óculos verdes e dirigi-me um belo dia, completamente por acaso, ao edifício ministerial. Encontrei D. em casa, bocejando, espreguiçando-se, ocioso como de costume e demonstrando achar-se no mais extremo tédio. Ele é, talvez, a criatura humana mais realmente enérgica que existe, mas somente quando ninguém o vê. Para emparelhar com ele, queixei-me de meus olhos fracos e lamentei a necessidade de usar

óculos; e, a coberto disso, investiguei atenta e completamente todo o aposento, enquanto dava mostras de estar atento apenas à conversa de meu interlocutor. Prestei especial atenção a uma grande escrivadinha, junto à qual estava ele sentado e sobre a qual se achavam confundidas várias cartas misturadas e outros papéis, com um ou dois instrumentos musicais e uns poucos livros. Ali, porém, depois de longa e bem decidida pesquisa, nada vi que despertasse particular suspeita. Afinal, meus olhos, circulando o quarto, caíram sobre um ordinário porta-cartões de filigrana e papelão que pendia, oscilando, amarrado por uma suja fita azul, de um pequeno prego de bronze, justamente sob o meio da escarpa da chaminé. Nesse porta-cartões, que tinha três ou quatro compartimentos, viam-se cinco ou seis cartões de visita e uma carta solitária; esta última, bastante manchada e amassada. Estava quase rasgada em duas, pelo meio, como se uma intenção de rasgá-la como coisa sem importância, no primeiro momento, tivesse sido alterada ou adiada, no segundo momento. Ostentava um grande selo negro, levando bem claramente o sinete de D., e estava endereçada, com letra feminina bem miúda, ao próprio D., o ministro. Havia sido atirada descuidadamente e mesmo com desdém, ao que parecia, numa das divisões superiores do porta-cartões. Logo depois que lancei a vista para aquela carta, concluí que deveria ser a tal que eu procurava. Decerto era, segundo todas as aparências, radicalmente diferente daquela de que o comissário nos dera tão minuciosa descrição. Nela, o selo era grande e negro, com o sinete de D.; na outra, era pequeno e vermelho, com as armas ducais da família S. Aqui, o endereço do ministro era em letras miúdas e femininas; lá, o sobrescrito para certo personagem real estava em letras marcadamente abertas e firmes. Só o formato constituía um ponto de relação. Mas justamente o radicalismo dessas diferenças, que era excessivo; o sujo; o estado do papel, manchado e amassado, tão em desacordo com os verdadeiros hábitos metódicos de D. e tão sugestivo de uma intenção de induzir erradamente o observador a uma ideia da falta de importância do documento; todas essas coisas, juntamente com a posição demasiado ostensiva do documento, bem à vista de qualquer visitante e, dessa forma, exatamente em acordo com as conclusões a que eu tinha previamente chegado; tudo isso, repito, corroborava fortemente a suspeita de quem ali fosse com a intenção de suspeitar. Prolonguei minha visita o mais possível e, enquanto mantinha a mais animada

discussão com o ministro, a respeito de um assunto que eu bem sabia jamais deixaria de interessá-lo e excitá-lo, conservava na realidade minha atenção fixa sobre a carta. Nesse meu exame, confiei à memória sua aparência externa e posição no porta-cartões e, por fim, cheguei também a uma descoberta que afastou a mais ligeira dúvida que eu pudesse nutrir. Observando as extremidades do papel, notei que elas estavam mais estragadas do que parecia necessário. Apresentavam o aspecto enxovalhado que se manifesta quando um papel duro, tendo sido uma vez dobrado e repassado por uma espátula, é desdobrado em direção contrária, nas mesmas dobras ou extremidades que haviam formado a dobra primitiva. Essa descoberta foi suficiente. Tornava-se claro para mim que a carta tinha sido revirada como uma luva, de dentro para fora, reendereçada e relacrada. Despedi-me do ministro de imediato, deixando uma tabaqueira de ouro sobre a mesa. No dia seguinte, fui buscar a tabaqueira e, então, retomamos com a mesma avidez a conversa do dia anterior. Enquanto estávamos assim entretidos, ouviu-se uma forte detonação, como de uma pistola, ali bem por baixo das janelas do edifício, seguida de uma série de terríveis gritos e vozerio de uma multidão aterrorizada. D. correu para uma sacada, abriu-a e olhou para fora. Enquanto isso, encaminhei-me para o porta-cartões, tirei a carta, meti-a no bolso e a substituí por um fac-símile (quanto às aparências externas) que eu havia cuidadosamente preparado em meus aposentos, imitando com facilidade o sinete de D. por meio de um selo feito de miolo de pão. A desordem na rua tinha sido ocasionada pela conduta furiosa de um homem armado de um mosquete. Havia-o detonado em meio de uma multidão de mulheres e crianças. Ficou provado, porém, que o fizera sem balas, e deixaram o camarada seguir seu caminho, tendo-o como maluco ou bêbado. Logo que ele se foi, D. voltou da janela, aonde eu o havia seguido logo depois de ter-me apoderado do objeto em vista. Sem demora, tratei de despedir-me. O pretenso maluco havia sido pago por mim.

— Mas qual sua intenção — perguntei — ao substituir a carta por um fac-símile? Não teria sido melhor, logo à primeira visita, ter se apoderado dela de uma vez e partido?

— D. é um homem violento e nervoso — respondeu Dupin. — Além disso, em sua casa não faltam servidores devotados a seus interesses. Se eu tivesse feito a grosseira tentativa que você sugere, talvez jamais

tivesse podido sair vivo da presença do ministro. Talvez o bom povo de Paris nunca mais ouvisse falar de mim. Mas tinha eu outro objetivo também, fora dessas considerações. Você conhece minhas simpatias políticas. Nesse assunto, ajo como partidário da senhora em questão. Durante dezoito meses, o ministro a teve em seu poder. Ela agora o tem no seu, uma vez que, não sabendo que a carta não se acha em seu poder, ele continuará com suas extorsões, como se ainda a possuísse. Por isso, será inevitavelmente conduzido de pronto à própria destruição política. Sua queda, ademais, será tão precipitada quanto desastrada. É muito bom falar a respeito do *facilis descensus Avernii*; mas em todas as espécies de subida, como diz Catalani sobre o canto, é bem mais fácil subir do que descer. No presente caso, não tenho eu simpatia, ou pelo menos não tenho piedade, por aquele que cai. Ele é aquele *monstrum horrendum*, um homem de gênio sem caráter. Confesso, contudo, que gostaria bastante de conhecer a precisa natureza de seus pensamentos quando, desafiado por aquela a quem o prefeito denomina “certa personagem”, se vir reduzido a abrir a carta que lhe deixei no porta-cartões.

— Como? Escreveu você qualquer coisa de especial nela?

— Ora, não pareceria absolutamente direito deixar o interior da carta em branco. Teria sido insultante. Certa vez, em Viena, D. pregou-me uma má peça, de que, disse-lhe eu de ótimo humor, sempre haveria de lembrar-me. Assim, como soubesse que ele sentiria alguma curiosidade a respeito da identidade da pessoa que o havia excedido em astúcia, achei que era uma pena não lhe dar um indício. Ele conhece muito bem minha letra, e simplesmente copiei, no meio da folha branca, as palavras:

“... un dessein si funeste,
s’il n’est digne d’Atrée, est digne de Thyeste.”***

— Elas se encontram no *Atreu de Crébillon*.

* Na sabedoria, nada é mais odioso do que ser esperto demais. (N. E.)

** Há motivos para crer que todas as ideias públicas e todas as convenções aceitas são grandes bobagens, pois convêm à maioria. (N. E.)

*** Um desígnio tão funesto, se não é digno de Atreu, é digno de Tieste. (N. E.)

EDGAR ALLAN POE nasceu em Boston, nos Estados Unidos, em 1809. Abandonado pelo pai, perdeu a mãe dois anos depois, e foi criado por um próspero mercador da cidade, que lhe emprestou o sobrenome. Poeta, contista, editor e crítico literário, Poe é considerado um precursor da literatura policial, e suas histórias “Os assassinatos na rua Morgue” e “A carta roubada”, nas quais figura o detetive Dupin, são tidas como marcos do gênero. Poe morreu em Baltimore, em 1849, dias depois de ser encontrado na rua sofrendo de delírios. A causa de sua morte ainda é um mistério.

JOSÉ PAULO PAES nasceu em Taquaritinga, São Paulo, em 1926. Estudou química industrial em Curitiba, onde publicou seu primeiro livro de poemas, em 1947. Trabalhou num laboratório farmacêutico e numa editora de livros, aposentando-se para poder dedicar-se inteiramente à literatura. Pesquisador, tradutor, ensaísta e poeta, também foi colaborador regular na imprensa literária. Morreu em 1998. Pela Companhia das Letras publicou, entre outros, *A aventura literária* (1990), *Prosas seguidas de Odes mínimas* (1992), *Socráticas* (2001) e *Poesia completa* (2008), e pela Companhia das Letrinhas, *Uma letra puxa a outra* (1992), *Um número depois do outro* (1993), *Ri melhor quem ri primeiro* (1998) e *A revolta das palavras* (1999).